



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS



CONTRATO N.º 2101.01.01.01114

Contrato de locação de veículos automotores para transporte de pessoas e pequenas cargas que entre si celebram **INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS** e a sociedade empresária **CS BRASIL TRANSPORTE DE PASSAGEIROS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA.**

Contrato originário da licitação na modalidade de Pregão Eletrônico para Registro de Preços Planejamento n.º 160/2013, para a prestação de serviços de locação de veículos automotores para transporte de pessoas e pequenas cargas no território do estado de Minas Gerais.

Este contrato será regido pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei Estadual nº. 13.994, de 18 de setembro de 2001 e, Decretos nº. 45.902 de 27 de janeiro de 2012 e nº. 37.924 de 16 de maio de 1996, com suas alterações posteriores.

Cláusula Primeira - DAS PARTES

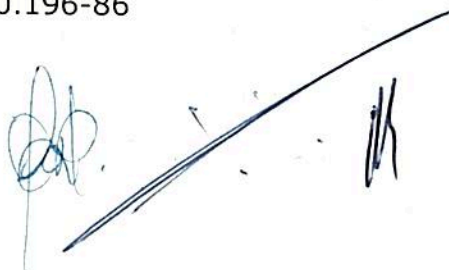
CONTRATANTE

Entidade: Instituto Estadual de Florestas

Endereço: Prédio Minas, 1º andar, Cidade Administrativa do Estado de Minas Gerais - Rodovia Prefeito Américo Gianetti, s/n. Bairro Serra Verde - Belo Horizonte / Minas Gerais. Cep: 31630-900

CNPJ: 18.746.164/0001-28

Representante Legal: Bertholdino Apolônio Teixeira Júnior, RG nº MG 5.443.573 SSP/MG e CPF 003.290.196-86





CONTRATADA

Nome empresarial: CS BRASIL TRANSPORTE DE PASSAGEIROS E
SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA

Endereço: Avenida Saraiva nº400, sala 4, Bairro Vila Cintra, Mogi das
Cruzes/SP, CEP 08.745-900

CNPJ: 10.965.693/0001-00

Representantes Legais: Fábio Albuquerque Marques Veloso, RG nº.
10.549.593 / CPF nº 040.916.268-07 e Adriano Thiele, RG nº.
8051982463 / CPF nº. 585.295.350-49.

Cláusula Segunda - DO OBJETO

Locação de veículos automotores para transporte de pessoas e pequenas cargas em atendimento aos órgãos e entidades do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais e suas unidades, relacionados no Anexo III, em todo território estadual, conforme especificações e condições gerais de fornecimento e execução contidas no Edital do Registro de Preços Planejamento nº. 160/2013 e em seus anexos.

Cláusula Terceira - DO PREÇO

O valor global do presente contrato é de R\$ 557.949,60 (Quinhentos e cinquenta e sete mil novecentos e quarenta e nove reais e sessenta centavos) no qual já estão incluídas todas as despesas especificadas na proposta da CONTRATADA, sendo o(s) seguinte(s) preço(s) unitário(s) por item:





Valor Global do Contrato

| ITEM | CÓDIGO SIAD | MARCA/MODELO | QUANTIDADE (A) | VALOR MENSAL ¹ (B) | PREÇO UNITÁRIO ² (B x 24) | VALOR TOTAL ³ (A x B x 24) |
|--------------------------------|-------------|--------------|----------------|-------------------------------|--------------------------------------|---------------------------------------|
| LOTE I | | | | | | |
| 1.1 | 29084 | FIAT/UNO | 26 | R\$ 894,15 | R\$ 21.459,60 | R\$ 557.949,60 |
| Valor Total do Contrato | | | | | | R\$ 557.949,60 |

1 Valor mensal de locação.

2 Preço de locação de 01 (um) veículo pelo período de 24 (vinte e quatro) meses.

3 Valor total (Preço unitário x Quantidade).

Cláusula Quarta – DA EXECUÇÃO

- 4.1** O regime de execução do Contrato é o da execução indireta, nos termos do artigo 6º da Lei n.º 8.666/93.
- 4.2** A CONTRATADA obriga-se a executar o objeto citado na Cláusula Segunda, nos moldes das especificações contidas no Termo de Referência do edital de Pregão Eletrônico para Registro de Preços Planejamento n.º. 160 /2013, sob pena de aplicação das sanções previstas na Cláusula Décima Quarta deste instrumento.
- 4.3** A CONTRATADA deve providenciar a entrega dos veículos num prazo de até 60 (sessenta) dias corridos após a assinatura do contrato, bem como as demandas adicionais, entendidas como os acréscimos previstos na Lei 8666/93, no mesmo prazo.
- 4.3.1** Havendo necessidade de correção por parte da CONTRATADA, os prazos de pagamento serão suspensos e será considerado o fornecimento em atraso. Fica a CONTRATADA sujeita à aplicação de multa sobre o valor considerado em atraso e, conforme o caso, a outras sanções estabelecidas na Lei e neste instrumento.





- 4.3.2** Em caso de irregularidade não sanada pela CONTRATADA, o CONTRATANTE reduzirá a termo os fatos ocorridos para aplicação de sanções.

Cláusula Quinta – DO PAGAMENTO

- 5.1** O pagamento será efetuado através do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI/MG, por meio de ordem bancária emitida por processamento eletrônico, a crédito do beneficiário em um dos bancos credenciados pelo Estado, no prazo de 30 dias corridos da data do recebimento definitivo, pelo CONTRATANTE, acompanhado dos documentos fiscais/ faturas.

- 5.1.1** Como comprovante de despesa será aceito o Documento Auxiliar de Nota Fiscal Eletrônica (Danfe) ou as primeiras vias da Nota Fiscal/ Fatura, conforme o caso.

- 5.1.2** As Notas Fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas à CONTRATADA e o prazo para o pagamento passará a correr a partir da data da reapresentação do documento, considerado válido pelo CONTRATANTE.

- 5.1.3** A cobrança pelo serviço prestado será resultante da multiplicação do valor mensal de locação do item pela quantidade de veículos do respectivo item disponibilizada no mês de referência da nota fiscal/ fatura a CONTRATANTE.

- 5.1.4** O pagamento fica condicionado à regularidade da CONTRATADA perante o CAGEF, garantindo a manutenção dos requisitos de habilitação previstos no Edital.

- 5.1.5** Na hipótese de irregularidade no CAGEF, a CONTRATADA deverá regularizar sua situação perante o cadastro. O prazo para





pagamento será interrompido, reiniciando a contagem a partir da data de sua regularização.

Cláusula Sexta - DO REAJUSTAMENTO, DA REPACTUAÇÃO E DA REVISÃO DE PREÇOS

- 6.1** Os preços serão fixos por um período de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura da Ata do Registro de Preços, admitindo-se após este período, o reajuste com base no IPCA/IBGE, ou outro índice que venha a substituí-lo
- 6.2** O valor mensal contratado poderá ser repactuado, observado o interregno mínimo de um ano de vigência do contrato.
- 6.3** Se a regulamentação legal, acerca de indexação de contratos celebrados pelo setor público, for alterada, prevalecerão os novos dispositivos legais.
- 6.4** Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas durante a execução dos contratos, de comprovada repercussão no preço contratado, implicarão na revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.
- 6.5** Os preços serão passíveis de revisão, a qualquer momento, para mais ou para menos, mediante demonstração por parte da CONTRATADA da maior onerosidade dos encargos necessários à execução do objeto, decorrente de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, de forma justificada e por escrito, utilizando estudos técnicos devidamente documentados.
- 6.6** A CONTRATADA deverá encaminhar os pedidos de reequilíbrio por escrito, juntamente com os documentos comprobatórios, os quais serão analisados pela CONTRATANTE, que deverá se pronunciar pela aceitação total, parcial ou ainda, pela rejeição do pedido, em até 10 (dez) dias úteis da entrega do documento devidamente protocolado.

[Assinatura]



[Assinatura]



- 6.7** As alterações de preços oriundas da revisão dos mesmos, no caso de desequilíbrio econômico-financeiro, serão publicadas no Diário Oficial de Minas Gerais.

Cláusula Sétima – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

A despesa decorrente desta contratação correrá por conta da dotação orçamentária:

2101.18.122.701.2002.0001.3.3.90.39-17.0.31.1

Cláusula Oitava - DAS OBRIGAÇÕES

Constituem obrigações das partes:

8.1 DA CONTRATANTE

- 8.1.1** Fiscalizar e avaliar a execução do contrato, através de agente previamente designado, podendo, para tanto, vistoriar, solicitar a emissão de relatórios gerenciais e auditar os relatórios de prestação do serviço elaborados pela CONTRATADA;
- 8.1.2** Proporcionar à CONTRATADA o acesso às informações e documentos necessários ao desenvolvimento dos serviços, bem como aos locais onde os serviços serão executados;
- 8.1.3** Comunicar à CONTRATADA, imediatamente e por escrito, toda e qualquer irregularidade, imprecisão ou desconformidade verificada na execução do contrato, assinalando-lhe prazo para que a regularize sob pena de serem-lhe aplicadas as sanções legais e contratuais previstas;





- 8.1.4** Promover o recebimento provisório e o definitivo no prazo fixado;
- 8.1.5** Garantir instalações para a guarda e estacionamento dos veículos envolvidos.
- 8.1.6** Garantir que a utilização dos veículos alocados será adstrita às atividades fim e meio de sua instituição.
- 8.1.7** Arcar com as despesas de combustível e multas provenientes de infração às leis de trânsito (Código de Trânsito Brasileiro - CTB), decorrentes de sua culpa ou dolo no uso dos veículos locados.
- 8.1.8** Arcar com as despesas relativas a pedágios e estacionamentos.
- 8.1.9** Assegurar que os motoristas condutores dos veículos locados portem Carteira Nacional de Habilitação dentro do prazo de validade.
- 8.1.10** Comunicar no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas qualquer sinistro ocorrido com o(s) veículo(s).
- 8.1.11** No caso de infrações de trânsito, efetuar a identificação do motorista infrator e enviar os documentos necessários à Autoridade competente, dentro do prazo estipulado no Código de Trânsito Brasileiro.
- 8.1.12** Em caso de acidente, colher dados referentes ao veículo envolvido e seu motorista, condições de seguro, vítimas, testemunhas, providenciar o Boletim de Ocorrência Policial e dar imediata ciência do ocorrido à CONTRATADA, observando o prazo constante do subitem 8.1.10.
- 8.1.13** Indicar o local onde os veículos serão entregues para atendimento da demanda e recolhidos.
- 8.1.14** Efetuar os pagamentos devidos de forma tempestiva, de acordo com o estabelecido em contrato.





8.1.15 Rejeitar, no todo ou em parte, os veículos locados, caso os mesmos afastem-se das especificações do Edital e seus Anexos e da Proposta da contratada.

8.1.16 Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do contrato, em especial quanto à aplicação de penalidades pelo descumprimento total ou parcial do contrato, em coordenação com o ÓRGÃO GERENCIADOR.

8.2 DA CONTRATADA

8.2.1 Responsabilizar-se integralmente pelo fornecimento do objeto deste contrato durante toda sua vigência, em conformidade com as disposições do edital deste Registro de Preços, Planejamento nº. 160/2013, inclusive seus anexos e termos da proposta de preços, nos termos da legislação vigente, ou quaisquer outros que vierem a substituí-los, alterá-los ou complementá-los.

8.2.2 Manter durante a execução dos contratos, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como apresentar a cada fatura, comprovação de regularidade perante o CAGEF.

8.2.3 Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência à mesma, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do fornecimento e da garantia.

8.2.4 Aceitar os acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) nos quantitativos contratados, sempre nas mesmas condições estipuladas neste Contrato.





- 8.2.5** Providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pela CONTRATANTE, referentes à execução do objeto e ao cumprimento das demais obrigações assumidas neste instrumento.
- 8.2.6** Responsabilizar-se civil e criminalmente pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à alegação de ausência de fiscalização da CONTRATANTE em seu acompanhamento.
- 8.2.7** Ressarcir os eventuais prejuízos causados ao Estado de Minas Gerais ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas no presente Contrato.
- 8.2.8** Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que houver vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.
- 8.2.9** Responsabilizar-se pelo pagamento de quaisquer multas ou despesas de qualquer natureza em decorrência de descumprimento de qualquer cláusula ou condição deste contrato, dispositivo legal ou regulamento.
- 8.2.10** Responsabilizar-se, com foros de exclusividade, pela observância a todas as normas estatuídas pela legislação trabalhista, social e previdenciária, tanto no que se refere a seus empregados, como a contratados e prepostos, responsabilizando-se, mais, por toda e qualquer autuação e condenação oriunda da eventual inobservância das citadas normas, aí incluídos acidentes de trabalho, ainda que ocorridos nas dependências da CONTRATANTE. Caso este seja chamado a juízo e condenado pela eventual inobservância das normas em referência, a CONTRATADA obriga-se a ressarcir-lo do respectivo desembolso,





ressarcimento este que abrangerá despesas processuais e honorários de advogado arbitrados na referida condenação.

8.2.11 Promover, em seu próprio nome e às suas expensas, as medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias para reparar os danos e prejuízos causados, sendo de sua responsabilidade eventuais reclamações cíveis, criminais ou trabalhistas que possam surgir em decorrência do evento danoso;

8.2.12 Exercer a fiscalização necessária ao perfeito cumprimento do contrato, independentemente da fiscalização exercida pelo CONTRATANTE;

8.2.13 Manter um arquivo organizado com todos os documentos relacionados a este contrato, tais como ordens e recomendações expedidas pelo CONTRATANTE, registros de manutenção e de fatos relevantes;

8.2.14 Responsabilizar-se pelos salários, encargos sociais, previdenciários, securitários, taxas, impostos e quaisquer outros que venham incidir sobre o seu pessoal, necessário à execução do objeto a ser fornecido.

8.2.15 Comparecer, sempre que convocado, ao local designado pelos órgãos e entidades, por meio de pessoa devidamente credenciada, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, para exame e esclarecimentos de quaisquer problemas relacionados com o objeto contratado.

8.2.16 Implementar de forma adequada, o planejamento, execução e supervisão permanente do objeto, de maneira a não interferir nas atividades da Contratante, respeitando suas normas de conduta.

8.2.17 Cumprir todas as normas técnicas aplicáveis para a boa execução dos serviços;

8.2.18 Cumprir as ordens de serviço emitidas pelo CONTRATANTE;





- 8.2.19** Responsabilizar-se por todas as despesas envolvidas na prestação de serviços;
- 8.2.20** Iniciar os serviços no prazo fixado pelo CONTRATANTE, em exato cumprimento às normas contidas no edital e em seus anexos;
- 8.2.21** Observar os horários determinados pelo CONTRATANTE;
- 8.2.22** Disponibilizar ao CONTRATANTE os contatos (telefone, endereço, e-mail, rádio, etc.) dos responsáveis pela execução dos serviços;
- 8.2.23** Manter os dados cadastrais atualizados junto ao CONTRATANTE, comunicando imediatamente qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras necessárias para recebimento de correspondência.
- 8.2.24** Providenciar a entrega dos veículos num prazo de até 60 (sessenta) dias corridos após a assinatura do contrato, bem como as demandas adicionais, entendidas como os acréscimos previstos na Lei 8666/93, no mesmo prazo.
- 8.2.25** Entregar veículos zero quilômetros, de acordo com as especificações do fabricante, abastecidos em sua capacidade máxima, nos locais indicados pelos órgãos/ entidades e em perfeitas condições de segurança, higiene e limpeza.
- 8.2.26** Entregar e retirar os veículos substituídos nos locais indicados pela CONTRATANTE sem cobrança de qualquer taxa adicional.
- 8.2.27** Fornecer o veículo com pintura na cor prata no caso de veículos leves e cor preta no caso de veículos de representação, sem faixas decorativas ou materiais de propaganda comercial adesivado ou à mostra.
- 8.2.28** Fornecer manta com logomarca do órgão/ entidade e/ou adesivos conforme modelo adotado pelo Estado (os modelos de identificação serão fornecidos pelo órgão ou entidade





contratante) ou autorizar a CONTRATANTE a colocar nos veículos seus adesivos com logotipos, caso esta solicite isto à CONTRATADA.

8.2.29 Autorizar a instalação de películas protetoras (insulfilmes) nos veículos locados, cuja responsabilidade pela instalação/desinstalação será dos contratantes.

8.2.30 Autorizar a instalação, manutenção e desinstalação de dispositivos de controle de abastecimento nos veículos locados, a serem providenciados pela contratante.

8.2.31 Locar os veículos com quilometragem livre, incluindo-se os veículos em substituição.

8.2.32 Responsabilizar-se por todos os encargos relativos ao veículo, como aqueles relativos ao emplacamento e licenciamento dos veículos durante o período de locação (com exceção das multas provenientes de infração às leis de trânsito, previstas no Código de Trânsito Brasileiro, que tenham sido causadas por dolo ou culpa da Contratante), devendo manter atualizada a respectiva documentação (Certificado de Registro e Licenciamento de Veículos), encaminhando o documento de porte obrigatório para o contratante dentro dos prazos legalmente estabelecidos, quando da emissão ou durante a troca de exercício.

8.2.33 Realizar manutenção preventiva e corretiva dos veículos, de acordo com as recomendações do fabricante, incluindo os serviços de funilaria e lubrificação, bem como a substituição de pneus e das peças desgastadas.

8.2.34 Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes da utilização dos veículos, como troca de óleo, fluídos e reparos mecânicos necessários à sua manutenção, com exceção do abastecimento do combustível.





8.2.35 Manter os veículos assegurados contra roubo, furto, colisão e incêndio com cobertura total dos carros durante todo o prazo de vigência contratual.

8.2.36 Prestar assistência 24 x 7 (vinte e quatro horas, sete dias por semana), com plantão para atendimento e socorro do veículo locado, através de serviços de reboque e manutenção, em razão de acidentes, panes, sinistros e demais situações que impossibilitem a utilização ou locomoção do veículo locado (dentro e fora do Estado de Minas Gerais), por intermédio de sistema de comunicação, através de central 0800, a ser informado no ato de entrega dos veículos.

8.2.37 Substituir os veículos locados por veículos reserva no prazo máximo de 3 (três) horas, a partir da comunicação da CONTRATANTE, em razão de acidentes, panes, sinistros e demais situações que impossibilitem a utilização ou locomoção do veículo, na Capital do estado e na Região Metropolitana de Belo Horizonte e no prazo máximo de 12 (doze) horas, no interior do estado, seja ele veículo alocado nesta localidade ou veículo da Região Metropolitana de Belo Horizonte em viagem. Nessa última hipótese, a Contratada poderá autorizar a CONTRATANTE a retirar veículo igual ou similar junto à outra empresa do ramo existente na localidade.

8.2.38 Substituir o veículo nas condições não previstas no item acima, quando solicitado por escrito pela CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a partir do recebimento de notificação.

8.2.39 Encaminhar à Contratante autuação de infração de trânsito em, no máximo, 10 (dez) dias úteis, antes do prazo de validade dado pelo órgão de trânsito competente para identificação do condutor.

8.2.40 Isentar a CONTRATANTE de taxas sobre o valor de multas de trânsito, estando a CONTRATANTE sujeita apenas ao valor





constante da notificação de penalidade, referente a infração causada por dolo ou culpa da CONTRATANTE.

8.2.41 Trimestralmente ou a partir da solicitação da contratante a contratada deverá enviar em meio eletrônico, preferencialmente no formato Excel, os relatórios presentes no Anexo I do Edital, de forma sintética e detalhada.

Cláusula Nona – DAS SANÇÕES

9.1 O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas caracterizará a inadimplência do FORNECEDOR, sujeitando-o às seguintes penalidades:

9.1.1 Advertência por escrito;

9.1.2 Multa, nos seguintes limites máximos:

9.1.2.1 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do fornecimento não realizado;

9.1.2.2 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho ou do contrato, em caso de recusa do adjudicatário em efetuar o reforço de garantia;

9.1.2.3 20% (vinte por cento) sobre o valor do fornecimento não realizado, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, ou entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas.

9.1.3 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Estadual, de acordo com os prazos estabelecidos no art. 87 da Lei nº 8.666/93 e no art. 38, III do Decreto Estadual nº. 45.902/12;





9.1.4 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, no prazo mínimo de 02 (dois) anos, conforme dispõe o art. 87 da Lei nº 8.666/93 e o art. 38, IV do Decreto Estadual nº 45.902/12.

9.1.5 São consideradas situações caracterizadoras de descumprimento total ou parcial das obrigações contratuais:

9.1.5.1 Não atendimento às especificações técnicas relativas a bens, serviços ou obra prevista em contrato ou instrumento equivalente.

9.1.5.2 Retardamento imotivado de fornecimento de bens, da execução de obra, de serviço ou de suas parcelas.

9.1.5.3 Paralisação do serviço ou de fornecimento de bens, sem justa causa e prévia comunicação à Administração Pública Estadual.

9.1.5.4 Entrega de mercadoria falsificada, furtada, deteriorada, danificada ou inadequada para o uso, como se verdadeira ou perfeita fosse.

9.1.5.5 Alteração de substância, qualidade ou quantidade da mercadoria fornecida.

9.1.5.6 Prestação de serviço de baixa qualidade.

9.1.6 A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente às demais sanções previstas nesta cláusula.

9.1.7 A multa será descontada da garantia do contrato e/ou de pagamentos eventualmente devidos pela CONTRATADA.

9.1.8 A aplicação das sanções observará o devido processo administrativo, respeitando-se a ampla defesa e o contraditório de acordo com o disposto na Lei Estadual nº. 14.184/2002 e no Decreto Estadual nº. 45.902/12.





- 9.1.9** As sanções relacionadas nos itens 9.1.3 e 9.1.4 serão obrigatoriamente registradas no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CAFIMP

Cláusula Décima - DA FISCALIZAÇÃO

- 10.1** A fiscalização da execução do contrato será exercida por agente do CONTRATANTE, devidamente designado para tanto, ao qual competirá zelar pela perfeita execução do objeto, em conformidade com o previsto no Anexo I do Edital, na proposta da CONTRATADA e neste instrumento.
- 10.1.1** Em caso de eventual irregularidade, inexecução ou desconformidade na execução do contrato, o agente fiscalizador dará ciência a CONTRATADA, por escrito, para adoção das providências necessárias para sanar as falhas apontadas.
- 10.1.2** A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui, nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por quaisquer irregularidades, inexecuções ou desconformidades havidas na execução do objeto, aí incluídas imperfeições de natureza técnica ou aquelas provenientes de vício redibitório, como tal definido pela lei civil.
- 10.1.3** O CONTRATANTE reserva-se o direito de rejeitar, no todo ou em parte, o objeto da contratação, caso o mesmo afaste-se das especificações do Edital, seus anexos e da proposta da CONTRATADA.

Cláusula Décima Primeira – DA VIGÊNCIA

Este contrato tem vigência por 24 (vinte e quatro) meses, a partir da publicação do seu extrato na imprensa oficial, podendo ser prorrogado nos termos do art. 57, da Lei 8.666/93.





Cláusula Décima Segunda - DAS ALTERAÇÕES

- 12.1** A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões do objeto, que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor total do Contrato.
- 12.2** O presente contrato também poderá ser alterado nos demais casos previstos pelo art. 65 de Lei n.º 8.666/93, desde que devidamente fundamentado e autorizado pela autoridade competente.

Cláusula Décima Terceira - DA RESCISÃO

- 13.1** De acordo com o art. 79 da Lei nº. 8.666/93, a rescisão do Contrato poderá ser:
- 13.1.1** Por ato unilateral e escrito da Administração nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da supracitada Lei;
- 13.1.2** Amigável, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo respectivo, desde que haja conveniência para a Administração;
- 13.1.3** Judicial, nos termos da legislação.
- 13.2** Na hipótese de a rescisão ser procedida por culpa da CONTRATADA, fica o CONTRATANTE autorizada a reter a garantia do contrato e/ou pagamentos eventualmente devidos, até o limite do valor dos prejuízos comprovados.





- 13.3** Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei nº. 8.666/93, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

Cláusula Décima Quarta - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 14.1** A tolerância com qualquer atraso ou inadimplência por parte da CONTRATADA não importará, de forma alguma, em alteração contratual.
- 14.2** É vedado à contratada subcontratar total ou parcialmente o fornecimento do objeto deste pregão.
- 14.3** Todos os avisos e comunicações previstos neste instrumento deverão ser feitos por escrito.
- 14.4** Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo ao presente Contrato.
- 14.5** Vinculam-se a este Contrato os termos do Edital de Pregão Eletrônico para Registro de Preços Planejamento nº. 160/2013 e seus anexos, a Ata de Registro de Preços nº. XX/2013, bem como a proposta apresentada pela CONTRATADA, independente de transcrição.
- 14.6** Caso a CONTRATANTE venha a intentar ação judicial por descumprimento deste Contrato ou a ele relativo, como danos causados ao usuário do objeto e a terceiro, fica a CONTRATADA obrigada a indenizar e a ressarcir a CONTRATANTE dos prejuízos ocasionados, bem como das custas processuais e dos honorários advocatícios.
- 14.7** Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste contrato serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo





disposições contidas na Lei federal 8.666/93 e suas alterações posteriores, demais regulamentos e normas administrativas federais, estaduais que fazem parte integrante deste instrumento, independentemente de suas transcrições.

Cláusula Décima Quinta - DA PUBLICAÇÃO

O CONTRATANTE providenciará a publicação do extrato do contrato na Imprensa Oficial de Minas Gerais, em obediência ao disposto no parágrafo único do art. 61 da Lei Federal n.º 8.666/93.

Cláusula Décima Sexta - DO FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Belo Horizonte para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios decorrentes deste Contrato.

E por estarem ajustadas, firmam este instrumento em 02 (duas) vias, de igual teor, juntamente com as testemunhas que também o assinam.

Belo Horizonte, 19 de setembro de 2014.

Bertholdino Apolônio Teixeira Júnior
Instituto Estadual de Florestas
CONTRATANTE

Alessandro Rabelo
Gerente Comercial
CS Brasil Serviços Ltda.

Fábio Albuquerque Marques Veloso
CS Brasil Transporte de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.
CONTRATADA

Adriano Thiele

TESTEMUNHAS:

Anderson Correa Santana
Coordenador de Operações
CS BRASIL



[illegible][illegible]

outubro de 2044) (o extrato ou comprovante de existência de ações expedido pela BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ou pelo Itaú Unibanco S.A. - instituição prestadora de serviços de ações escriturais da Companhia) (iii) para aspectos que se fizerem representativos por procuração, instrumento de mandato ou observância

discussões e pesquisas aplicadas (Porto Alegre, 2014) (p. 134).
 A partir da presente data, os membros da comissão e seus
 discursos encontram-se disponíveis no site da Comissão
 de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) no site do
 Conselho de Valores Mobiliários da IML (CVM IML SPA S.A. – IML
 de Valores Mobiliários) em conformidade com o artigo 114
 do Lei nº 8.946, artigo 14 da Lei nº 12.405, artigo 2º da
 Lei nº 12.405 e Lei nº 12.405 de 2014.
 Assinatura: Marceliano Rodrigues
 Presidente do Conselho de Administração

em 22 de Novembro de 2014

SECRETARIA DE ESTADO DE
TURISMO E ESPORTES

COMPANHIA MINERA DE PROMOCÇÕES

¹Projeto FINEP/FINANCIAL-025/0141 Prox. 4762011. Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecer material e mão-de-obra para instalação de sistema de baixa tensão em pontos duplos com sistema modular reconfigurável, no valor de R\$ 91,8 milhões, compreendendo 3 x 56 unidades de altura 7 metros.

²Educaciones sem laudares (15) e discursos em portais de informação sobre o país, com altura de 5,4m), sendo a maioria destinada para os países lusófonos e pertencendo ao dividendo da estratégia de internacionalização do setor Bases Locais Mineração (Brasil, Irlanda, França, Espanha, Portugal).

³Ver: 1448/Mina/mnt/04/05/06/2014 Informação socioeconômica de 1448, atualizada pelo planejamento em bruno.pedro@basil.com.br

⁴O Relatório nº 9, de setembro de 2014, da Comissão de Investimentos,

4cm 2240764-4

COMPANHIA MINERA DE PROSPECTOS - COMAPROS
CNPJ 17.559.700-00-42

Extrato do Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços que
celebra a Companhia Mineradora de Prospeções, Promissora e
compradora, Task Sistemas de Computação S.A. Contratada, com o
sistema Permian Data Software Proprietário, instalado nos Setores de
Pesquisa, Exploração, Treino, Planejamento por um prazo de 12 (doze) meses a
partir da data de início do contrato. Firmamos em um triplo de duas vias
sendo as duas Contratos.

CONSEJO NACIONAL DE PROMOCIÓN Y FOMENTO
CNP 17-597-00001-12

[illegible]
$$Z_{\text{eff}} = 22.610523$$

FUNDAÇÃO RURAL MINEIRA

$$= \frac{1}{2} \times 100 = 50\%$$

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE
RODAGEM DE MINAS GERAIS

publicar-se no Anuário de História da Igreja, publicando-se nos 25 (1994-2018) e
anualmente, publicando-se o objeto histórico a ser estudado (EWH 2019, 10).

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS DE BODIGAL MÚLTIPLE S.A.

de Fideles de Residência do Estado de Minas Gerais - DE FIDELIS - Controlada S/A (R/CONSERTEC), LTDA - Instrumento 08/06m de 1997

[illegible]

DO PARLAMENTO DE ESTRADAS DE BRASILEIROS E VIO

de 1 de Setembro de Rodagem do Estado de Minas Gerais, Instituto de Apoio ao Meio Ambiente (IAMA) e Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) de Minas Gerais. Fundamentação: Art. 17, § 1º, da Lei nº 9.782/1999, incluída da Lei de Organização do Poder Judiciário (Lei nº 35.306/1964), Art. 131, § 1º, da Constituição Federal do Brasil e Ministério Público do Estado de Minas Gerais, de acordo com a especificação do 1º e 2º do Processo nº 111.111.138.

Contribuinte: Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais, Companhia BRMSA S/A (BRMSA S/A) e SIA/RECEITA, Tabela Publicação de Leis (DLE) 2011, onde se lê: Processos nº

$$8 \text{ cm} = 22.6 \times 10^{-3} \text{ m}$$

